



RAC - Revista de Administração

Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração
Brasil

Pereira, José Roberto; Ferreira Silva, Érica Aline

Teorias da Administração Pública.

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 18, núm. 4, julio-agosto, 2014, pp. 547-549

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84031267011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4
pp. 547-549, Jul./Ago. 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20141589>



Resenhas Bibliográficas:

Teorias da Administração Pública.

Robert Denhardt. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 367 p. ISBN: 8522110816.

José Roberto Pereira

E-mail: jrobpereira25@yahoo.com.br

Universidade Federal de Lavras – PPGAP/UFLA

UFLA, Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, Caixa Postal 3037, 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

Érica Aline Ferreira Silva

E-mail: erica_alline@hotmail.com

Universidade Federal de Lavras - UFLA

UFLA, Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, Caixa Postal 3037, 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

Para Denhardt (2012), as organizações públicas são como um palco de um mundo pessoal, apesar da burocracia que lhes condiciona relações impessoais. Assim, trabalhar em governos hoje constitui uma oportunidade de participar da solução de problemas públicos e, na análise do autor, em “um lugar muito pessoal” (p.1). Nesse sentido, Denhardt (2012) levanta as seguintes questões norteadoras do livro:

De que modo podemos desenvolver um entendimento melhor e mais sistemático das organizações públicas? O que precisamos conhecer, ou saber, para que as organizações públicas sejam mais responsivas, isto é, correspondam melhor aos anseios públicos? Como podemos usar o conhecimento que adquirimos de modo a melhorar a qualidade de nossa vida?. (p. 2)

Para responder essas questões, Denhardt (2012, p. 3) considera que devemos procurar conhecimentos teóricos advindos da prática de diferentes realidades: “É de extrema importância saber que essas teorias não existem separadas da prática; elas se relacionam integralmente à maneira como atuamos enquanto membros ou usuários das organizações públicas”. Pela razão da indissociabilidade entre teoria e prática, é que Denhardt (2012, p. 4) propõe desenvolver, em seu livro, “um entendimento das organizações públicas que nos torne capazes de integrar teoria e prática, reflexão e ação”. Assim, o autor busca realizar nas obras ou na literatura sobre indivíduo, organização e sociedade, uma análise crítica a respeito da relação entre teoria e prática em torno do conceito de ação pessoal.

Na construção teórica, os **modelos** exercem um papel importante e podem adquirir o sentido de um **tipo ideal**, ou mesmo, de uma representação da vida real. No entanto, o modelo distorce a realidade em vez de refleti-la, espelhá-la, de forma intencional. Nesse sentido, o argumento central de Denhardt (2012) é de que se pode chegar a uma teoria da organização pública mediante uma redefinição do campo e, para isso, propõe uma abordagem alternativa seguida de algumas características.

Para Denhardt (2012), a administração pública deve se fundamentar nas teorias democráticas que enfocam questões como liberdade, justiça e igualdade, ao contrário das teorias organizacionais que estão interessadas em questões como poder e autoridade, liderança e motivação, e a dinâmica de grupo em ação. Além disso, o autor trata a respeito da herança intelectual, envolvendo Marx, Weber e Freud e as contribuições destes três teóricos para a administração pública, assim como também trabalha com a herança política de Wilson a Waldo e os diferentes posicionamentos como o fundamento teórico que sustentou as iniciativas mais recentes da Reforma do Estado e o Gerencialismo na administração pública.

De acordo com Denhardt (2012), a teoria da administração pública, ao longo de sua trajetória, foi sendo superada (minada) pelo desenvolvimento das ciências sociais, primeiro pela ciência política, depois pela administração empresarial. Por um lado, os cientistas políticos advogavam uma abordagem que se baseasse na perspectiva filosófica do **positivismo lógico**, em que as regularidades do comportamento humano, assim como os objetos físicos, poderiam gerar teorias científicas. Por outro lado, os estudiosos das organizações argumentavam que o comportamento organizacional é muito parecido, seja nas organizações públicas ou privadas.

Ao tratar do Humanismo Organizacional e da Nova Administração Pública, Denhardt (2012) considera que a escola de relações humanas da administração só foi aplicada posteriormente na administração pública, destacando-se Chris Argyris como o principal teórico. Os desdobramentos dessa escola para a administração pública foram os trabalhos sobre Desenvolvimento Organizacional (DO) e o movimento de protesto de saber humanista da administração pública, conhecido como Nova Administração Pública (NAP).

Denhardt (2012) localiza o humanismo na administração pública, inicialmente, ligado à eficiência, e destaca os estudos de Chester Barnard dedicado aos grupos informais na vida organizacional. O autor revisita, também, os escritos de McGregor a respeito da Teoria X e da Teoria Y. Para ele, os cientistas da NAP não conseguiram produzir conhecimentos relevantes por seu comprometimento com o positivismo, apenas acrescentou o interesse pela equidade aos interesses tradicionais pela eficiência e pela economia.

De acordo com Denhardt (2012), nos últimos anos, os estudiosos da administração pública foram atraídos para o campo mais geral da política pública e consideraram o processo político (*policy process*)

central para as operações governamentais. Dessa forma, o autor considera que ao tratar as organizações públicas como parte do *policy process*, abrem-se novos caminhos para o desenvolvimento teórico.

No último capítulo, Denhardt (2012) constata a dificuldade em delimitar o campo teórico da administração pública e a **crise de identidade** desse campo, ou uma **crise de legitimidade**, como ele prefere chamar. O autor desenvolve novas críticas ao modelo racional com base nos pressupostos democráticos, fundamentando-se na fenomenologia, na teoria social crítica, dentre outras abordagens da teoria do conhecimento. As teorias interpretativas ou da ação, bem como a teoria crítica mostram outras possibilidades de construir conhecimento para a administração pública. Em contrapartida, a teoria crítica busca a emancipação dos indivíduos a partir da reflexão crítica da realidade, como é o caso da emergência da gestão social no Brasil.

A proposta como alternativa à NAP desenvolvida por Denhardt encontra-se no que denomina de o **novo serviço público**, inspirado na teoria política democrática e em abordagens que têm origem em uma tradição mais humanística da teoria da administração pública, incluindo a fenomenologia, a teoria crítica e o pós-modernismo.